PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

ASSUNTOS: Garantia, Acréscimo de Garantia, Parafuso único, Isolação de cabos e Documentação Técnica: Certificado, Catálogo e Curvas IES.

1. Resumo do pedido de esclarecimento realizado pelo licitante

O LICITANTE ASSIM DESCREVE:

a) Da isolação 750V

“(...) Verificamos em edital no item 7.1.10 fiação, a solicitação de isolação de 750V. Ocorre que a Portaria 62 solicita que a fiação tenha atendimento a NORMA ABNT NBR 15129, que permite o uso de isolação em 500V (...)”.

“(...) Diante do exposto entendemos como valido o atendimento a Portaria 62, sendo assim, será aceito o uso de fiação externa de acordo com a NORMA ABNT NBR 15129, está correto o nosso entendimento (...)”.

b) Da garantia vinculada a Instalação

“(...) Em caso de devolução ao fornecedor das luminárias para reparo ou substituição, dentro do período de garantia contratual, todas as despesas decorrentes do transporte, substituição ou reparação do material defeituoso no almoxarifado ou no poste, correrão por conta do fornecedor, bem como as despesas para entrega e instalação das respectivas luminárias novas ou reparadas (...)”

“(...) Devido o edital estar relacionado apenas ao fornecimento de luminárias LED e demais materiais, as despesas quanto a substituição ou reparação do material defeituoso no almoxarifado ou no poste será por conta da contratante e não da contratada. Está correto nosso entendimento? (...)”

c) Do acréscimo da garantia

“(...) Conforme preceitua o Código de Defesa do Consumidor o prazo para reclamações de vícios existentes em produtos duráveis é fixado em 90 (noventa) dias, o qual a doutrina trata como Garantia Legal. O mesmo documento, em seu artigo 50, cita a Garantia Contratual, aquela concedida de modo facultativo pelo fornecedor através de um Termo de Garantia, cujos efeitos são complementares à Garantia Legal, ou seja, elas se somam para compor a garantia total do bem. (...)”

“(...) Logo, fica estabelecido que o fabricante da luminária LED ao conceder a Garantia Contratual de 5 (cinco) anos de seu produto, o consumidor então gozará de 5 (cinco) anos de Garantia Contratual acrescido de mais 90 (noventa) dias de Garantia Legal, salientando que o prazo da Garantia Legal somente passará a ser contado quando esgotado o prazo da Garantia Contratual. (...)”

“(...) Por fim, fica estabelecido que quando o produto for trocado em razão de vícios pelo fabricante, o consumidor terá direito ao prazo que restar da Garantia

Contratual acrescido de mais 90 (noventa) dias de Garantia Legal, frisa-se: cuja referência será a data de emissão da Nota Fiscal que conste o produto (...)

“(...) O edital solicita 5 anos com acréscimo de mais 90 dias de garantia. Entretanto, conforme a portaria 62 do INMETRO, estabelece como prazo de garantia do produto de 5 anos. Diante o exposto, entendemos que para atender em total conformidade a portaria, a garantia pertinente as luminárias públicas LED serão de 5 anos apenas, está correto nosso entendimento?(...)”

2. Embasamento

Antes de entrar no mérito da consulta, cabe um esclarecimento ao licitante:

Não configura atentado ao princípio da igualdade entre os licitantes o estabelecimento de requisitos mínimos de participação no Edital, porque a Administração Pública pode e deve fixá-los, sempre que necessários, para garantir o interesse público.

3. Análise do pedido de esclarecimento:

a) Da isolação 750V

O licitante para sustentar seu argumento de diminuir a capacidade de isolação do cabo de interligação da luminária LED junto a rede de alimentação, ou seja, a capacidade do cabo de suportar temperaturas elevadas sem degradar, cita a NORMA ABNT NBR 15129 e a Portaria 62 do INMETRO.

Alega que a NBR 15129 permite 500V e que a Portaria 62 do INMETRO sugere como referência a respectiva NBR.

Então, sobre a portaria 62 do INMETRO, cabe lembrar ao licitante o seu propósito:

De maneira acertada, a portaria do INMETRO não “engessa” o processo construtivo de fabricação da luminária. A portaria, frisa-se, de maneira correta, deixa livre o fabricante para desenvolver produtos com processos e materiais diferentes uns dos outros. Por conta disso que encontramos na lista de modelos certificados pelo INMETRO luminárias, por exemplo, com carcaças de alumínio injetado, outras com alumínio extrudado; luminárias com refrator, outras sem refrator, umas com refrator de vidro, outras com policarbonato, outras com acrílico. Existe também as possuem tecnologia SMD, outras com COB LED, dentre outras diferenças tecnológicas.

O exposto acima é para demonstrar que o INMETRO, por meio de sua portaria, estabelece algumas premissas obrigatórias e deixa a indústria livre para desenvolver o produto da maneira que entender ser a mais adequada a sua estratégia de mercado.

Neste contexto, se o fabricante é livre para desenvolver seus produtos com as características que considera ser as mais adequadas a sua estratégia de mercado, o consumidor também é livre para escolher, frisa-se: dentre os modelos certificados pelo INMETRO, as características que entende agregar mais benefício ao produto.

Diferente do que muitos imaginam, a administração pública não é obrigada a comprar TODA e QUALQUER luminária LED que o INMETRO certifica. A obrigação da

administração pública é adquirir uma luminária LED dentre as que estejam certificadas pelo INMETRO.

No caso específico, a administração pública entende que a função da isolação é fundamental para a segurança do equipamento e para as pessoas que de algum modo interagem com as redes instaladas no mesmo poste onde a luminária encontra-se fixada (instalador de todos os tipos, além de equipe de manutenção relacionados ou não com a iluminação pública já que o poste é compartilhado para diversas finalidades na grande maioria das vezes).

O motivo para preocupação é simples, a isolação tem por objetivo confinar as cargas elétricas no condutor, conduzindo-as diretamente até o ponto de utilização sem riscos de falhas que poderia criar um caminho de fuga de carga para fora do condutor (por exemplo, energizar o braço e as cintas metálicas que sustenta a luminária), fato que colocaria todos que interagem com o respectivo poste em risco.

Claro que por se tratar de uma compra de uma administração pública, foi verificada se no mercado existem fornecedores suficientes para criar um ambiente competitivo na licitação, e após consulta ao mercado, se verifica que existem dezenas de fabricantes e modelos que atendem a especificação do edital.

Por fim, permanece as condições do Edital.

b) Da garantia vinculada a Instalação

O edital, em questão, é de fornecimento de material, entretanto cabe esclarecer ao licitante as consequências para o CONTRATANTE quando uma luminária LED apresenta defeito. Ver abaixo a ordem natural dos fatos:

- a) A prefeitura realiza o certame e determina o vencedor.
- b) A prefeitura emite a ordem de fornecimento de Luminárias LED;
- c) O fornecedor entrega as luminárias LED no almoxarifado da prefeitura, e assim, inicia-se o prazo de garantia das luminárias;
- d) Em ato contínuo, a prefeitura, frisa-se: com recursos próprios, paga pelos serviços de instalação das respectivas luminárias LED nos postes. Só assim, as luminárias tornam-se operacionais e cumprem a sua finalidade.

Como demonstrado acima, cada luminária LED entregue pelo fornecedor no almoxarifado do município, acarreta um custo (R\$) unitário de serviço de instalação por parte do município, cujo valor (R\$) está presente nos contratos de manutenção e/ou execução de obra do município. Após instalação, a prefeitura, espera que o equipamento cumpra o que o fornecedor prometeu em seu catálogo técnico, ou seja, vida útil longa sem manutenção.

O fato é que a luminária LED quando apresenta defeito após a sua instalação, além dos conhecidos transtornos para a gestão pública e para a população local, gera ao município um custo de serviço (R\$) não programado e motivado diretamente pelo defeito da luminária LED. Afinal, a luminária está no poste e não no almoxarifado, e, do poste, só sairá mediante um custo (R\$) de retirada (que se repetirá mais tarde na sua nova instalação).

Logo, o edital é claro ao garantir o direito de ressarcimento do custo de serviço de substituição motivado pelo defeito da luminária LED ofertada pelo licitante, frisa-se: exclusivamente e limitado as unidades que apresentarem defeitos após a sua instalação, cujo defeito ocorra durante a vigência do prazo de garantia, pelos motivos explicados acima.

Na hipótese do defeito ocorrer após a entrega e ainda no almoxarifado, frisa-se: antes da sua instalação, por motivos óbvios, não existirá custos associados a instalação, mantendo-se tão somente os direitos previstos na garantia.

Por fim, prevalece o que está no edital, ou seja, todas as despesas decorrentes do transporte, substituição ou reparação do material defeituoso no almoxarifado ou no poste, correrão por conta do fornecedor (CONTRATADA), bem como as despesas para entrega e instalação das respectivas luminárias novas ou reparadas.

Por fim, permanece as condições do Edital.

c) Do acréscimo da garantia

Embora o licitante cite em seus argumentos a garantia (5 anos) presente na portaria 62 do INMETRO é óbvio que a portaria não se sobrepõe e nem anula o que prevê o **Código de Defesa do Consumidor**.

A **LEI** (CDC) em questão determina que o prazo para reclamações de vícios existentes em produtos duráveis (Luminárias LED se encaixa perfeitamente) é fixado em 90 (noventa) dias, o qual a doutrina trata como **Garantia Legal** (frisa-se: que é diferente de garantia Contratual).

A mesma **LEI** (CDC), em seu artigo 50, cita a **Garantia Contratual**, aquela concedida pelo fornecedor através de um **Termo de Garantia**, cujos efeitos são complementares à Garantia Legal, ou seja, elas se somam para compor a garantia total do bem.

Logo, fica estabelecido que o fabricante da luminária LED ao conceder a Garantia Contratual de 5 (cinco) anos de seu produto, o consumidor então gozará de 5 (cinco) anos de **Garantia Contratual acrescido de mais 90 (noventa) dias de Garantia Legal**, salientando que o prazo da Garantia Legal somente passará a ser contado quando esgotado o prazo da Garantia Contratual.

Finalmente, resta claro que existirá uma relação comercial entre as partes, relação esta que encontra amparo no Código de Defesa do Consumidor, cuja LEI disciplina as garantias Contratual e Legal.

Por fim, permanece as condições do Edital.

4. Conclusão:

Por tudo que foi exposto, o edital permanece sem alterações.